

## **EDUCABILIDADE E CONSTRUÇÃO DE LAÇOS INTERGERACIONAIS**

Sílvia Alexandra Vilares Marquês

Doutoranda em Ciências da Educação – especialização em Pedagogia Social, pela Universidade Católica Portuguesa/ Professora do 1º Ciclo do Ensino Básico no Agrupamento de Escolas D.

João II – Caldas da Rainha

silviaavm@sapo.pt

### **Resumo**

O projecto aqui apresentado resulta do percurso de estudo experienciado na procura de estratégias e soluções para as questões sociais emergentes relacionadas com o envelhecimento e a necessidade de promoção de dinâmicas de aproximação intergeracional, às quais pretendemos dar resposta educativa. Desta forma, pretendemos compreender como são percebidas e vividas no nosso país contemporaneamente as dinâmicas intergeracionais e fundamentar o valor pedagógico destas práticas, assim como, compreender significados e descobrir a forma como as práticas intergeracionais contribuem para a criação de laços numa sociedade cada vez mais fragmentada. Esta é uma abordagem realizada tendo como base a Pedagogia Social.

Os princípios de natureza antropológica e epistemológica que subjazem à nossa proposta radicam no pressuposto de que a intergeracionalidade constitui um dos valores fundamentais da educabilidade humana, sendo orientado por uma preocupação de mudança positiva nas condições de educabilidade das pessoas de todas as idades.

Os contextos empíricos passam por cinco projectos intergeracionais significativos, em diferentes contextos e áreas geográficas. Um dos projectos já identificados é o Trofa Comunidade de Aprendentes (TCA), onde nos encontramos a acompanhar um curso de Espanhol com cariz bastante específico. Numa segunda fase, pretendemos colocar o conhecimento criado ao serviço da promoção da formação dos agentes de desenvolvimento humano, como forma de garantir a valorização individual do desenvolvimento pessoal e humano dos actores envolvidos.

### **Início**

O projecto aqui apresentado resulta do percurso de estudo experienciado na procura de estratégias e soluções para as questões sociais emergentes a que pretendemos dar resposta educativa, relacionando o envelhecimento e a necessidade de promoção de dinâmicas de aproximação intergeracional. Este começou por ser um estudo centrado num projecto de investigação-acção ligado a uma proposta de intervenção junto de um grupo de cidadãos sénior, no entanto, o contacto com instituições distintas e díspares, na sua forma de actuação, permitiu-nos perceber que as dinâmicas intergeracionais são encaradas como um factor unificador e estruturante no plano da acção social. Percebemos que, apesar das orientações internacionais, como a definição de programas intergeracionais adoptada em Dortmund, em 1999, em que são clarificadas as características essenciais neste tipo de actividades, surgiram-nos tantos tipos, formas e contextos de intergeracionalidade que se

tornou crucial perceber em que ponto se encontra a realidade portuguesa contemporânea, na área da intergeracionalidade, e as razões que nos conduziram ao momento actual.

### **Contexto actual**

Vivemos hoje numa sociedade, dita moderna, em que conceitos outrora distintos, se confundem numa imensidão de novas perspectivas em actualização permanente, em que as mudanças ocorrem de uma forma tão célere e, por vezes, incompreensível que se torna necessário definir estratégias e prioridades, de modo a adquirir e compreender conceitos e práticas benéficas no sentido escolhido. Torna-se assim, fundamental, escolher o caminho que pretendemos para nós e para a sociedade, com vista à construção do Ser Humano na sua totalidade e, conseqüentemente, da sociedade que nos envolve.

Encontramo-nos ainda no início do século XXI, um século projectado e esperado há muito como único e extraordinário aos mais diversos níveis. Desde o avanço tecnológico que veio condicionar definitivamente o nosso quotidiano, passando pelo progresso científico e económico até ao desenvolvimento educacional que justifica a assunção da educação como «tesouro a descobrir por todos e cada um, ao longo de toda a vida» (cf. UNESCO, Delors, 1996).

Todavia, este lado promissor e luminoso não nos permite desprezar um outro lado mais sombrio relacionado com a situação de vulnerabilidade e exclusão social que afecta o processo de realização de muitos seres humanos, com reflexos na vida pessoal e social. Este aspecto, associado às mudanças ambientais, à crise da «sociedade salarial» e à necessidade de renovação do Estado Social, conduzem-nos para a valorização das condições de uma cidadania social activa e solidária.

A realidade mundial conduz-nos, a cada dia, no sentido da construção de um destino comum em que a globalização, as alterações demográficas, a diversidade cultural e as mudanças políticas e socioeconómicas (Council of Europe, 2008) exigem respostas globais aplicáveis em todos os níveis e domínios sociais e humanos.

Neste contexto, as estruturas sociais foram-se alterando, as famílias têm apenas um ou dois filhos, sendo que muitas são monoparentais, as empresas solicitam aos seus colaboradores flexibilidade de horários e, em termos de valores de vida em comum tende a sobrepor-se a preocupação com o bem-estar individual (Malta, 2007). Como refere Zygmunt Bauman (2006) atravessamos uma modernidade líquida que traz consigo uma misteriosa fragilidade dos laços humanos caracterizada pelo “amor líquido”. Este amor não apresenta ligações sólidas e duradouras que permitam o desenvolvimento de uma identificação pessoal e de uma capacidade

assertiva, bases para um crescimento pessoal e social sustentado. Este *individualismo contemporâneo* (Castel, 2003) surgiu, primeiramente, no continente Europeu e deve-se a dois factos fundamentais, primeiro a sobrevalorização do indivíduo, em que de forma individual se foram soltando dos impedimentos que a grande rede de laços sociais impunha, numa tentativa de emancipação e auto-superação, depois porque a contemporaneidade nos encaminhou para o enfraquecimento ou desaparecimento das *protecções de proximidade* – formas de inscrição sociais concretas em que os indivíduos se encontravam inscritos.

O envelhecimento demográfico (Paul e Fonseca, 2005) apresenta também consequências facilmente observáveis nas estruturas sociais ao nível do mercado de trabalho, da economia global, da composição da família, da procura de habitação ou dos cuidados de saúde e de lazer, e consequências de mais difícil constatação ao nível da consolidação da identidade pessoal, da construção de percursos de vida e da criação de estruturas sociais e humanas adequadas.

Apesar das diversas mudanças referidas, a vulnerabilidade económica global e a sua influência sobre todas as áreas sociais e humanas, continua a ser marcante na definição de estratégias e na organização mundial. Deste modo, as questões económicas, que ultrapassam fronteiras terrestres e marítimas, influenciam também as estruturas familiares e sociais, estabelecendo, por vezes, de forma mecânica, novas realidades em que a segurança e a sustentabilidade antes sentidas nas famílias ou noutros tipos de ligações foram substituídas pela desconfiança e pela facilidade em iniciar e terminar relações, mesmo entre membros da mesma família. A aceleração do ritmo de certos processos e o crescimento das oportunidades de ruptura social ou, mais simplesmente, a nossa maior sensibilidade a estas discontinuidades e aos custos sociais que elas implicam, justificam que lhes consagremos uma maior atenção (Balsa, 2006).

A contemporaneidade une-nos no sentimento de capacitação para proferir mudanças e adequar comportamentos, como resposta às necessidades sociais emergentes de “fortificação” dos laços. Não nos referimos a fortalecimentos temporais (para sempre), mas à criação de ligações significativas e consistentes que permitam um crescimento e manutenção social sustentados e estáveis na sua essência.

Perante esta realidade planetária, percebemos que cada um de nós não é apenas uma pequena parte desta sociedade, pelo contrário, esta sociedade, como um todo, encontra-se em cada pessoa através da linguagem, da cultura e da família (Morin, 2005), pelo que se pretendemos proceder a alterações globais poderemos definir objectivos locais, aos mais diversos níveis, partindo do princípio de que os melhores investimentos para a sociedade são aqueles que apostam no desenvolvimento permanente de cada pessoa (Copenhaga, 1995).

### **Laços intergeracionais como desafio da Sociedade Contemporânea**

Ao observarmos a necessidade sentida na sociedade contemporânea de criar, manter e reforçar laços humanos, optámos por tentar compreender a essência desta questão. Numa consulta rápida ao dicionário facilmente depreendemos que a palavra *laço* se encontra ligada a significados como *aliança, união ou vínculo*, no entanto, despertou-nos a atenção o facto de encontrarmos como primeira referência a expressão “*nó que se desata facilmente*” (Porto Editora, 2008). Estamos então, diante de uma palavra com um sentido ambíguo, se por um lado nos transmite uma mensagem de aproximação/ligação, por outro, mostra-nos a fragilidade que se encontra implícita nessa ligação. Este facto, mais do que promover a insegurança na instituição de laços, poderia potenciar o esforço individual e social na implementação de ligações sólidas e sustentadas.

Assumimos como pressuposto ao nosso trabalho de investigação que a intergeracionalidade constitui um dos valores fundamentais da educabilidade humana.

Tendo este pressuposto em referência, confrontamo-nos, no cenário da vida contemporânea, com o facto de o termo intergeracionalidade aparecer generalizado de forma recorrente, concretamente no contexto educacional.

Encaramos as dinâmicas intergeracionais, como estratégias em que o esforço comum conduz ao conhecimento individual e único no sentido da socialização colectiva. Ao valorizarmos interações que fomentem o respeito, a dignidade, a autonomia e a solidariedade (Palmeirão, 2007) estaremos a desmontar o paradigma da *velhice velha* (antiquado, usado, gasto) e a construir um novo no sentido dos *Vividus*, activos, participativos, motivados e, acima de tudo, humanos.

Percebemos a intergeracionalidade construtiva como uma estratégia, através da qual poderemos encontrar respostas para situações sociais problemáticas que observamos actualmente, e prevenir muitas outras para as quais, previsivelmente, nos encaminhamos. Mais ainda, no seguimento dos pressupostos anteriormente enunciados, trata-se de fundamentar o valor pedagógico das práticas intergeracionais não apenas numa perspectiva de resolução de problemas existentes mas sim de criação de situações novas, potenciadoras de diferentes aprendizagens.

Antes de mais, torna-se fundamental definir qual a sociedade que pretendemos e quais os meios e estratégias que estamos dispostos a colocar ao serviço desses objectivos. Se optarmos por uma sociedade igualitária nas oportunidades e no respeito pelo outro e diferenciadora nas necessidades e meios para chegar a cada um, então será imprescindível assentar essa sociedade numa matriz alicerçada no conhecimento e na interacção enquanto estratégia educativa para o desenvolvimento de competências relacionais e onde o afecto seja a essência de uma efectiva

participação (Palmeirão, 2008). Estaremos assim a ultrapassar pré-conceitos e expressões demasiado redutoras da realidade que aqui apresentamos, valorizando a transmissão de valores, experiências e vivências que constituem o substrato do conceito de educação intergeracional (Ferreira, 2007).

Observamos então a existência de diversas situações onde é possível promover relações intergeracionais em que a formação pessoal enquanto Ser Social se repercutirá em todos os escalões sociais, acompanhando o crescimento individual de cada um. A promoção da intergeracionalidade, converge no sentido da aprendizagem permanente e continuada ao longo da vida, assentando no princípio de que a pedagogia do desenvolvimento local e formação para o desenvolvimento se dirigem para a valorização das culturas e das experiências próprias da comunidade como pontos de partida para uma acção que reconheça a existência de recursos e formas educativas exteriores à escola (Gómez et al, 2007). Esta educação passa assim a ser encarada como uma dimensão fundamental da existência humana (Carvalho e Baptista, 2004), caminhando no sentido da *educação para todos* e, conseqüentemente, de uma *sociedade para todos*, estabelecendo um compromisso com os outros e consigo mesmo.

Estes compromissos estabelecem-se através do reforço de laços a que cada pessoa está afectada, estes laços condicionam a forma como cada um age e se compromete com o mundo (Machado, 2007), tornando-se, eles próprios, geradores de outras experiências de aprendizagem. É fundamental concebermos que estamos todos na aventura de ser mais, melhor e diferente (Baptista, 2008), desempenhando funções igualmente necessárias.

A construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, assim como da capacidade de discernir e agir são aspectos focados pela UNESCO, no relatório coordenado por Jacques Dellors (1996) como fundamentais para uma aprendizagem ao longo da vida, unindo conhecimento formal e não-formal. Assim sendo, o desenvolvimento pleno e harmonioso das Pessoas passa por todos nós, pela forma como soubermos criar oportunidades de interacção intergeracional.

Os aspectos enunciados convergem no sentido da criação de uma entidade nocional e específica - laços intergeracionais. A combinação de dois conceitos tão abrangentes e significativos possibilita a caracterização desta realidade de uma forma estruturante e singular.

### **E a Educação...**

A necessidade de fortalecimento estrutural da sociedade contemporânea conduz-nos inevitavelmente à educação, que apesar de consistir num caminho privilegiado para a mudança, se afigura inconsistente e volúvel numa contínua mudança de políticas, em busca de soluções imediatas e miraculosas que respondam às questões sociais, humanas e económicas da

sociedade actual. Ainda assim, a educação poderá desempenhar um papel privilegiado na construção da Pessoa como um todo e das relações entre indivíduos, promovendo um entendimento fundamental para um crescimento pessoal e social equilibrado. Desta forma, a implicação directa dos diversos actores sociais na construção de um sistema de ensino que se baseie no conceito de coesão social (Council of Europe, 2008) poderia ser um ponto de partida para uma caminhada comum, dando resposta aos desafios impostos diariamente nas diversas áreas.

Revela-se necessário revermos espaços e formas de educação, com consciência de que o percurso será mais marcante que o resultado final em si. Neste contexto, com um espírito bastante actual, observamos o relatório da *High-Level Task Force on Social Cohesion*, que demonstra a importância do incentivo da coesão social. Este conceito baseia-se na ideia de que indivíduos e grupos podem sentir-se envolvidos em causas comuns, assim como reconhecer e trabalhar para o bem colectivo, vendo-se como membros de uma comunidade.

Se contemplarmos a educabilidade como uma necessidade decorrente do carácter incluso do homem enquanto ser natural, sendo que, através dela, afirma a sua identidade como sujeito capaz de gerir o seu destino (Carvalho, 1994), vislumbramos aquela que poderá ser a melhor forma de chegar aos agentes sociais. Assim sendo, tornaríamos possível o desenvolvimento de mudanças efectivas e coerentes, orientadas por uma preocupação de mudança positiva nas condições de educabilidade das pessoas de todas as idades.

Ao focarmo-nos nesta sociedade relacional e na importância da criação de laços significativos como forma de dar resposta às questões sociais e humanas emergentes, torna-se fundamental estabelecer o caminho que pretendemos para nós e para a sociedade, com vista à construção do Ser Humano na sua totalidade, e consequentemente da sociedade que nos envolve (Marquês, 2006). Muitas são as iniciativas que surgem nas mais diversas áreas da sociedade, propostas de actividades, novas formas de pensar, de estar e até de ser, numa tentativa apressada de caminhar em direcção ao futuro. Muitos desses caminhos seguem em direcção a um túnel ao qual não se vê o fim, assentando muitas vezes na tentativa de emendar erros anteriores, mas esquecendo de apontar alternativas que destaquem a formação de cada um como pessoa (Marquês, 2006).

Neste quadro de preocupações e desafios sociais surge-nos a Pedagogia Social, uma disciplina científica “inserida no campo epistemológico das ciências da educação e tendo como objecto de estudo a aprendizagem social, em conformidade com o ideal de uma educação ao longo de toda a vida (...) forçosamente indexada a uma perspectiva humanista, hospitaleira, sensível e capaz de heterodoxia” (Baptista, 2008, p.22). A pedagogia social facilita e promove a inclusão social,

a cooperação e a solidariedade (Palmeirão, 2008) numa perspectiva de *life wide learning* orientada por objectivos de promoção de dignidade humana e coesão social.

No mesmo sentido, Ortega (1999) definiu como objectivos da Pedagogia Social: promover uma progressiva e contínua configuração do indivíduo para alcançar o seu desenvolvimento e conseguir a participação na comunidade; fomentar uma educação ao longo da vida, já que esta é uma dimensão inseparável dos indivíduos e das comunidades; estabelecer a educação como um aspecto social, isto é, que acontece na família, na escola, na comunidade e para a comunidade; definir a educação social como abrangente de todos os espaços e tempos vividos. De um modo sucinto seria fundamental a dinamização activa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos.

Neste sentido procuramos encontrar pontos de ancoragem para a promoção de um fim último: a criação de laços sociais, tentando evidenciar o papel das práticas intergeracionais na consecução desse desígnio, sendo entendido como aspecto comum e unificador. Este conceito surge-nos como um valor elementar na sociedade contemporânea, o *viver com* da era planetária conduz-nos numa aventura comum (Morin, 2002) que deverá ter como base a compreensão humana.

Por intergeracionalidade entendemos as relações que se estabelecem entre pessoas com diferentes contextos históricos vividos que determinam diferentes expectativas e concepções de futuro. Assim sendo, os elementos participantes nestas relações são confrontados com sistemas de valores, avanços tecnológicos, interesses e experiências divergentes, tornando a relação em si uma socialização recíproca.

Em Abril de 1999, foi adoptada em Dortmund, a definição internacional de programas intergeracionais, enunciando como características essenciais para o sucesso desses programas o facto de demonstrarem benefícios mútuos para os participantes das várias idades, estabelecerem novos papéis sociais e/ou novas perspectivas para os participantes jovens e idosos, envolver múltiplas gerações tendo que incluir pelo menos duas gerações não-adjacentes ou de parentesco, promoverem consciencialização crescente e compreensão entre gerações mais novas e mais velhas e abordarem temáticas sociais e políticas relevantes para as gerações envolvidas. Através desta perspectiva, observamos vantagens na prática continuada de actividades intergeracionais para todos os participantes, já que se baseiam no princípio de que independentemente da sua idade e/ou grau de dependência, todos são cidadãos de pleno direito (Projecto Viver, 2002).

A necessidade de pensar novas redes de solidariedade deu origem a um modelo de actuação interactivo que pretende facilitar o contacto intergeracional através do conhecimento efectivo do processo de desenvolvimento e envelhecimento do indivíduo e pela aprendizagem recíproca enquanto estratégia de forma a encorajar o respeito pela diferença e valorizar a história de vida de cada um dos actores (Palmeirão, 2008).

Apesar das diversas formas ou locais onde podemos observar estas dinâmicas, as características já enunciadas da realidade actual legitimam a sua aplicação, como resposta social e como prática preventiva.

### **A partida**

Observamos então que existem diversas situações em que é possível promover relações intergeracionais, que a promoção da intergeracionalidade converge no sentido da aprendizagem permanente e continuada ao longo da vida, que a pedagogia de desenvolvimento local e formação para o desenvolvimento se dirigem para a valorização das culturas e das experiências próprias da comunidade e, que as práticas intergeracionais constituem uma estratégia através da qual poderemos encontrar respostas para situações sociais.

Partindo das premissas apresentadas, definimos como questão central do estudo efectuado – quais os conceitos e práticas de intergeracionalidade ligados à educação contemporânea?

Com a resposta a esta questão pretende-se fundamentar o valor pedagógico das práticas intergeracionais, não apenas na resolução de problemas existentes, mas também na criação de situações novas que potenciem aprendizagens e o desenvolvimento de competências pessoais, assim como compreender significados e descobrir como as práticas intergeracionais contribuem para a criação e aprofundamento de laços sociais. Estes objectivos encontram-se a ser trabalhados tendo como preocupação de fundo dois âmbitos, a promoção da formação dos agentes de desenvolvimento humano e a valorização do desenvolvimento pessoal e humano dos actores envolvidos. Sustentamos que, apenas é possível tomar verdadeira consciência das transformações que daí decorrem, ou não, e perceber a melhor forma de desenvolver estas actividades, se tivermos um conhecimento efectivo da visão dos participantes nelas envolvidos.

### **O caminho**

A proposta metodológica prende-se com a questão de partida definida, entendemos que este tipo de estudo não teria sentido sem um campo empírico. Antes de mais, devido à ainda escassa bibliografia que retrate a real importância dos laços sociais e do papel que as práticas intergeracionais podem desempenhar nesta área, depois porque consideramos que só através da observação prática poderemos encontrar muitas das respostas que procuramos e ao mesmo tempo caminhar no sentido da mudança. Assim, baseando-nos nos pressupostos estabelecidos, na questão central e nos objectivos a atingir definimos uma metodologia qualitativa para acompanhamento dos cinco projectos intergeracionais que elegemos como significativos da realidade contemporânea portuguesa. Procurámos, antes de mais perceber quais as instituições que desenvolvem actividades neste âmbito. Recorremos à internet, e à informação aí disponível,

assim como às delegações centrais de instituições de cariz social, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia. Compreendemos rapidamente que a maioria das actividades indicadas é desenvolvida ocasionalmente, sem continuidade temporal ou sustentação documental. Nos casos escolhidos, optámos por recorrer a técnicas como a análise documental, a realização de entrevistas significativas semi-estruturadas a pessoas implicadas directamente na área em estudo, à recolha de testemunhos dos participantes e formadores, assim como à observação directa.

### **Em construção**

Este projecto encontra-se numa fase acelerada da sua construção, pelo que os resultados já obtidos nos encaminham para a construção de um projecto no campo de acção das dinâmicas intergeracionais aplicável em contextos sociais distintos, comprovando os seus benefícios na estruturação e consolidação de laços intergeracionais. Por outro lado, vislumbramos o tão desejado programa de formação de formadores na área das dinâmicas intergeracionais, edificado tendo por base a realidade contemporânea portuguesa e uma escolha consciente da participação social activa na construção de Pessoas.

Desta forma, estaremos em Setembro a apresentar os dados recolhidos e os projectos propostos e que se encontram actualmente em construção.

### **Referências Bibliográficas**

Delors, J. (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Porto: Edições Asa.

Malta. (2007). A origem da vida e a evolução da natalidade. *Cadernos 7 – Contrato Social com as Novas Gerações*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 9-24.

Bauman, Z. (2006). *Amor Líquido – Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio d'Água.

Council of Europe (2008). *Report of High-level Task Force on Social-Cohesion – Towards an active, fair and socially cohesive Europe*. Strasbourg

Balsa, C. (2006). *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Edições Colibri.

Morin, E. (2005). *Planeta Terra um olhar transdisciplinar – Educação na era planetária*. São Paulo: Universidade São Marcos.

Carvalho, A. (1994). *Utopia e Educação*. Porto: Porto Editora.

Marquês, S. (2006). *Desenvolvimento de Competências na Adolescência. O contributo da Expressão Dramática*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Educação e Psicologia. Universidade Católica Portuguesa.

Baptista, I. (2008). *Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção*. *Cadernos de Pedagogia Social 2*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 7-30.

Palmeirão, C. (2007). *O esforço do nosso tempo...Cadernos de Pedagogia Social 1*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 125-134.

Palmeirão, C. (2008). *A Educação Intergeracional no horizonte da Educação Social: compromisso do nosso tempo*. *Cadernos de Pedagogia Social 2*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 81-100.

Ortega, J. (1999). *Educación Social especializada*. Barcelona: Ariel.

Morin, E. (2002). *Os sete Saberes para a Educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.

Ferreira, J. (2007). *Envelhecimento - Problemática Biológica, Psicológica e Social*. *Cadernos 7 – Contrato Social com as Novas Gerações*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 25-39.

Gómez, J. (et all). (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local*. Porto: Profedições.

Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação Social – Fundamentos e Estratégias*. Porto: Porto Editora.

Machado, R. (2007). *Aprendizagem Cooperativa*. *Cadernos de Pedagogia Social 1*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 67-73.

Castel, R. (2003). *L'Insécurité sociale : qu'est-ce qu'être protégé ?*. Paris : Éd. du Seuil.